

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES
VI CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

Instruções:

- Verifique, com muita atenção, este Caderno de QUESTÕES que deve conter 20 (vinte) questões objetivas e 02 (duas) questões discursivas. Constatando qualquer anormalidade (impressão defeituosa, página sem impressão), solicite imediatamente a substituição do caderno.
- Todos os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e guardados juntamente com o candidato.
- Esta prova tem duração de 3 horas, que deverão ser utilizadas para a realização da prova objetiva, discursiva e, inclusive, para a marcação do cartão de respostas;
- É absolutamente vedada a consulta a doutrina, legislação ou jurisprudência;
- Os candidatos deverão preencher a folha de resposta com nome, R.G. e assinatura; - As alternativas escolhidas deverão ser assinaladas à caneta na folha de respostas. Não serão permitidas rasuras;
- Os candidatos poderão levar as folhas de prova ao final;
- A folha de respostas e prova dissertativa deverão ser entregues ao final, para correção;
- Qualquer conduta ilícita ou em desacordo com as normas deste certame implicará a eliminação do candidato;
- A prova e o gabarito oficial serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes no dia 19 de setembro de 2022, assim como o espelho de correção da dissertação;
- O resultado final e a classificação serão publicados no site da Prefeitura.

BOA SORTE!



Questões de Direito Civil

1) Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, da decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, assinale a alternativa incorreta:

a) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.

b) A decisão a que se refere a norma deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

c) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades abstratas do gestor e as exigências das políticas privadas a seu cargo, sem prejuízo dos

direitos dos administrados. Art. 21 e 22

d) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

2) Sobre o tema da desconsideração da personalidade jurídica assinale a alternativa incorreta:

a) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

b) Para os fins do disposto da lei, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.

c) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre



os patrimônios, caracterizada por: cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.

d) A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata a lei autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. Constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica. Art. 50

3) Sobre o tema indenização, no Código Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A indenização mede-se pela extensão do dano.
- b) Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
- c) Se a vítima tiver concorrido dolosamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se

em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano. Art. 945

d) Se a obrigação for indeterminada, e não houver na lei ou no contrato disposição fixando a indenização devida pelo inadimplente, apurar-se-á o valor das perdas e danos na forma que a lei processual determinar.

4) Sobre o tema responsabilidade civil do Estado assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária. Súmula 652
- b) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua ação no dever de fiscalização, é de caráter pessoal, mas de execução subsidiária.
- c) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter pessoal, mas de execução subsidiária.
- d) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao



meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter pessoal, mas de execução solidária.

Questões de Processo Civil:

5) Sobre o tema nulidades no processo civil assinale a alternativa correta.

a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa. Art. 276.

b) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará inválido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

c) A nulidade dos atos deve ser alegada em qualquer oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

d) Qualquer vício processual pode ser decretado de ofício pelo juiz e prevalece a preclusão provando a parte legítimo impedimento.

6) Sobre os prazos processuais assinale a alternativa incorreta:

a) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.

b) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.

c) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte. Art. 218 cpc.

d) Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

7) Sobre o tema recursos assinale alternativa incorreta.

a) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

b) A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso. Art. 995

c) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.

d) Cumpre ao terceiro demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a



relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual.

8) Sobre lei do mandado de segurança assinale a alternativa incorreta.

a) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

b) Equiparam-se às autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.

c) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público. Art. 1 do MS

d) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

Questões de Direito Tributário

9) Assinale a alternativa **correta**. De acordo com o artigo 156, da Constituição Federal de 1988 (CF), compete aos Municípios instituir **impostos**:

a) sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU); sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI) e sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, da CF/88, definidos em lei complementar (ISSQN);

b) sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU); sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) e sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF);



c) sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU); sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS);

d) sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU); sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI).

10) Quanto à **Obrigação Tributária**, nos termos do Código Tributário Nacional (CTN), considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa **correta**:

I - A obrigação tributária é principal ou acessória: A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente; e a obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

II – O Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em Decreto como necessária e suficiente à sua ocorrência e o Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, ainda que desprovida de legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que configure obrigação principal.

III - Sujeito Ativo da obrigação é a pessoa física ou jurídica de direito privado, obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e o Sujeito Passivo da obrigação é o titular da competência para exigir e receber o seu cumprimento.

IV – Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

- a) Somente a assertiva I está correta.
- b) As assertivas II e III estão corretas.
- c) As assertivas I e IV estão corretas.
- d) As assertivas I e III estão corretas.

11) Assinale a alternativa **incorreta**: De acordo com o artigo 156 do Código



Tributário Nacional (CTN), **extingue** o crédito tributário:

- a) o pagamento;
- b) a prescrição e a decadência;
- c) a compensação;
- d) o depósito do seu montante integral.

12) No que se refere à cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, segundo a Lei nº 6.830/80 (Lei das Execuções Fiscais), é **correto** afirmar que:

- a) Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública apenas aquela definida como tributária, nos termos da lei.
- b) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.
- c) O executado oferecerá embargos, no prazo de 15 (quinze) dias.
- d) Na execução fiscal, nenhuma intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente, salvo nos casos em que o Juiz assim determinar.

Questões de Direito Tributário

13) Nos termos da Constituição Federal, são direitos e deveres individuais e coletivos, EXCETO:

- a) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- b) é garantido o direito de herança;
- c) o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;
- d) é livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.

14) Nos termos da Constituição Federal são brasileiros natos, EXCETO:

- a) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) São brasileiros natos os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.



d) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

15) Nos termos da Constituição Federal, é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- a) recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
- b) cancelamento da habilitação por sentença transitada em julgado;
- c) incapacidade civil relativa;
- d) condenação cível transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

16) Nos termos da Constituição Federal são competências dos Municípios, EXCETO:

- a) suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- b) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e

publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

c) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

d) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

Questões de Direito Administrativo

17) Nos termos da Constituição Federal, são princípios da administração pública, EXCETO:

- a) moralidade.
- b) publicidade.
- c) eficiência.
- d) eficácia.

18) Nos termos da Lei 8.666/93, Lei de Licitações e Contratos com a Administração Pública, são modalidades de licitação, EXCETO:

- a) concorrência;
- b) técnica e preço;
- c) convite;
- d) concurso.



19) No que se refere ao regime jurídico dos servidores públicos, são penalidades disciplinares, EXCETO:

- a) suspensão;
- b) cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- c) afastamento preventivo;
- d) destituição de função de confiança.

20) O Prefeito do Município de Mogi das Cruzes procedeu à interdição aos veículos da Av. Cívica, uma das principais via da cidade. A via pública foi utilizada como espaço para a realização das festividades de comemoração do aniversário da cidade. O ato do Prefeito atingiu bens de uso:

- a) dominical;
- b) particular;
- c) comum do povo;
- d) especial.

